



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO SELETIVO

PROVA OBJETIVA

ESTAGIÁRIO

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 40 questões objetivas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta ou azul, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

(B) É condição de elegibilidade, na forma da lei, a apresentação da carteira de trabalho devidamente assinada.

(C) É condição de elegibilidade, na forma da lei, a idade mínima de trinta e cinco anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.

(D) O Prefeito e quem o houver sucedido, ou substituído no curso do mandato poderá ser reeleito para um único período subsequente.

7. Com base na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

(A) Compete aos Estados legislar sobre serviço postal.

(B) Compete privativamente à União legislar sobre orçamento.

(C) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre juntas comerciais.

(D) Compete privativamente à União legislar sobre procedimentos em matéria processual.

Direito Administrativo

8. A constituição Federal elenca os princípios bases do Direito Administrativo. Dentre eles, qual não se encontra expressamente no texto constitucional:

(A) princípio da supremacia do interesse público.

(B) imparcialidade.

(C) eficiência.

(D) moralidade.

9. Nos termos do § 6º do art. 37 da Constituição Federal, a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público e das de direito privado prestadoras de serviços públicos:

(A) Depende exclusivamente da comprovação de culpa grave da Administração.

(B) É objetiva, independentemente de dolo ou culpa, assegurado o direito de regresso quando houver dolo ou culpa do agente.

(C) É condicionada à demonstração de que o agente atuou com intenção de causar o dano.

(D) É subjetiva para pessoas jurídicas de direito público e objetiva para as de direito privado prestadoras de serviços públicos.

10. No âmbito da Administração Pública, a aplicação de penalidade a um servidor por descumprimento de dever funcional decorre do poder disciplinar. Entretanto, outras situações envolvem diferentes poderes. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a relação entre o poder exercido e o exemplo dado.

(A) Determinar que um subordinado cumpra determinada tarefa – Poder regulamentar.

(B) Revogar ato administrativo por razões de conveniência – Poder disciplinar.

(C) Aplicar multa a cidadão que estacionou em local proibido – Poder de polícia.

(D) Punir uma empresa contratada por descumprir cláusula contratual – Poder de polícia.

11. Sobre os elementos do ato administrativo, assinale a alternativa correta:

(A) O motivo é sempre vinculado, mesmo nos atos discricionários.

(B) A competência pode ser renunciada pelo agente público, desde que expressa.

(C) Para a doutrina majoritária a finalidade trata-se de elemento vinculado, pois a única finalidade a ser atendida é o interesse público.

(D) O objeto corresponde às razões que levaram a Administração a praticar o ato.

12. A respeito da decisão coordenada prevista na Lei nº 9.784/1999, com redação dada pela Lei nº 14.210/2021, assinale a alternativa correta.

(A) A decisão coordenada poderá ser adotada sempre que envolver três ou mais órgãos, independentemente de relevância da matéria ou de existência de discordância que prejudique a celeridade do processo.

(B) A decisão coordenada aplica-se a qualquer processo administrativo, excetuando-se apenas aqueles relacionados ao poder sancionador.

19. _____ é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte. Preenche corretamente o espaço em branco:

- (A) Taxa;
- (B) Imposto;
- (C) Tarifa;
- (D) Contribuição.

20. Sobre o sistema tributário nacional, é incorreto afirmar:

- (A) O tributo somente pode ser instituído por meio de lei complementar;
- (B) A criação ou majoração de tributo depende de previsão legal;
- (C) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;
- (D) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios instituir impostos sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e benficiantes.

21. Considerando o sistema tributário nacional, assinale a alternativa que indica um imposto de competência do município:

- (A) imposto sobre a propriedade territorial rural;
- (B) imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos;
- (C) imposto sobre o fornecimento de água potável, coleta e tratamento do esgoto;
- (D) transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

Direito Processual Civil

22. A empresa "Oeste Paulista Construções" ajuizou ação anulatória contra o Município de Presidente Prudente na 1^a Vara da Fazenda Pública local. Dias depois, o Município ajuizou execução fiscal contra a mesma

empresa, fundada no mesmo contrato administrativo, distribuída à 2^a Vara da Fazenda Pública. Considerando o regramento da competência e conexão no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência absoluta poderá modificar-se pela conexão ou pela continência.
- (B) A reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo onde ocorreu a primeira citação válida.
- (C) Determina-se a competência no momento da sentença, sendo relevantes as modificações do estado de fato ocorridas posteriormente.
- (D) Aplica-se a regra da conexão à execução de título extrajudicial e à ação de conhecimento relativa ao mesmo ato jurídico.

23. Maria Antônia ajuizou, em **25/11/2025**, ação de obrigação de fazer perante a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Presidente Prudente do Estado de São Paulo, requerendo o fornecimento de um medicamento de alto custo necessário à manutenção de sua saúde, em face do Município de Presidente Prudente.

Ao analisar o pedido liminar, o Juízo indeferiu a tutela antecipada.

A decisão interlocutória foi disponibilizada no DJe em **01/12/2025 (segunda-feira)**, às 23h55, sendo considerada publicada em **02/12/2025 (terça-feira)**, conforme art. 231, VII, do CPC.

Ressalte-se que a decisão não apresenta omissão, obscuridade ou contradição, não havendo qualquer vício sanável pela via dos embargos de declaração.

A autora pretende interpor o recurso cabível contra a referida decisão.

Para tanto, deve-se considerar o seguinte calendário:

| Dezembro 2025 | | | | | | | |
|---------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|--|
| Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb | Dom | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | |
| 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | |
| 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | |
| 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | |
| 29 | 30 | 31 | | | | | |

Feriados:

Dia da Justiça (08/12/2025)

Natal (25/12/2025)

| Janeiro 2026 | | | | | | | |
|--------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|--|
| Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb | Dom | |
| | | | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | |
| 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | |
| 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | |

(B) A apelação interposta contra sentença que julga improcedentes os embargos do executado terão efeito suspensivo automático, impedindo o prosseguimento imediato da execução fiscal.

(C) Se as questões resolvidas na fase de conhecimento, não sujeitas a agravo de instrumento, forem suscitadas em contrarrazões, o recorrente será intimado para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se a respeito delas.

(D) As questões de fato não propostas no juízo inferior poderão ser suscitadas na apelação independentemente de justificativa, em homenagem ao amplo efeito devolutivo do recurso.

28. Considerando a instalação e o funcionamento do Juizado Especial da Fazenda Pública na Comarca de Presidente Prudente, e à luz das disposições expressas na Lei nº 12.153/2009, assinale a alternativa correta.

(A) Incluem-se na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as ações de mandado de segurança, de desapropriação e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos.

(B) Nas causas de que trata a Lei dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, não haverá reexame necessário.

(C) Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública, como autores, apenas as pessoas físicas, sendo vedada a participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

(D) A citação para a audiência de conciliação deverá ser efetuada com antecedência mínima de 10 (dez) dias, em homenagem ao princípio da celeridade.

Direito Civil

29. No direito brasileiro, salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência. Essa afirmativa corresponde ao conceito de:

(A) Repristinação.

(B) Recepção.

(C) Revogação.

(D) Retroatividade.

30. De acordo com as regras de direito civil, a menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. No entanto, a incapacidade poderá

ser cessada para os menores nos seguintes casos, exceto:

(A) Pelo estabelecimento civil ou comercial, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

(B) Pela colação de grau em curso técnico ou de ensino superior.

(C) Pelo exercício de emprego público efetivo.

(D) Pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.

31. Com base no Código Civil de 2002, assinale alternativa correta referente às Fundações.

(A) Constituem-se as fundações meramente pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.

(B) Velará pelas fundações o Ministério Pùblico Federal.

(C) Para alteração do estatuto da fundação, é imprescindível a presença de membro do Ministério Pùblico.

(D) Caso o estatuto não seja elaborado no prazo assinado pelo instituidor, a incumbência caberá ao Ministério Pùblico.

32. Sobre os defeitos dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

(A) É anulável o negócio jurídico quando celebrado por pessoa absolutamente incapaz ou for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto.

(B) Nos negócios jurídicos bilaterais, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, constitui omissão culposa, provando-se que sem ela o negócio não se teria celebrado.

(C) O erro de cálculo apenas autoriza a retificação da declaração de vontade.

(D) Configura-se o estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

(C) Não sendo o vício sanado no prazo máximo de 15 dias, o consumidor somente pode exigir a restituição da quantia paga. Neste caso, o fornecedor terá o prazo de 90 dias para fazer a restituição;

(D) Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha: I) - a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; II) a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; III) o abatimento proporcional do preço.

38. Quanto à proteção contratual conferida pelo Código de Defesa ao Consumidor, assinale a alternativa correta:

(A) As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao fornecedor, o qual representa a parte mais vulnerável da relação consumerista;

(B) O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio;

(C) O consumidor não possui direito à reparação por danos morais decorrentes de relações de consumo, apenas por danos materiais, limitados, exclusivamente, ao valor do produto ou serviço adquirido;

(D) O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 60 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, independentemente de a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora ou dentro do estabelecimento comercial. Neste caso, o consumidor terá direito à devolução dos valores pagos.

39. Com base nas disposições do Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa incorrecta.

(A) O Código de Defesa do Consumidor não trata da prevenção e do tratamento do superendividamento da pessoa natural;

(B) Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos.

(C) Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

(D) É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço.

40. São direitos básicos do consumidor:

I - A proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;

II - A proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

III - A informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Assinale a alternativa correta:

(A) Todas as afirmativas são verdadeiras;

(B) Todas as afirmativas são falsas;

(C) Apenas a afirmativa II é verdadeira;

(D) A afirmativa I é falsa.